

Aliados barram criação de comissão na Câmara

SÓCRATES ARANTES

O GOVERNO foi obrigado a usar o seu rolo compressor para impedir a convocação dos ministros da área econômica e o presidente do Banco Central para debater o pacote fiscal com os deputados, no plenário da Câmara, na terça-feira. Os líderes dos partidos da base aliada - PSDB, PFL, PMDB, PPB e PTB - fecharam questão junto ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), contra a convocação e a instalação de uma Comissão Geral.

A idéia de convocar Pedro Malan (Fazenda), Antônio Kandir (Planejamento e Orçamento) e Gustavo Franco (Banco Central) foi da oposição: ontem pela manhã, os líderes José Machado (PT-SP), Alexandre Cardoso (PSB-RJ) e Neiva Moreira (PDT-MA) foram ao gabinete de Temer apresentar esta reivindicação. Eles queriam perguntar à equipe econômica, por exemplo, qual o impacto das medidas de ajuste adotadas esta semana sobre o emprego. E na Comissão Geral, queriam um debate público, incluindo representantes da sociedade civil. "O Governo tem de mandar os titulares das pastas e não o time reserva, porque a oposição vai esperá-los com seu time titular", desafiou José Machado.

O líder do PSDB, Aécio Neves (MG), não gostou do pleito da oposição: "Abrir discussão agora fragiliza o Governo. Isso é uma manobra protelatória". O líder peemedebista Geddel Vieira Lima (BA) disse que "não ia fazer palanque para a oposição", enquanto Inocêncio Oliveira (PE) garantiu que a discussão do pa-

cote nas comissões técnicas ia ser suficientemente profunda, não havendo necessidade de os ministros virem ao plenário.

Michel Temer, entretanto, não descartou a instalação da Comissão Geral: "Daremos um prazo de uma semana e então criaremos a Comissão Geral". Regimentalmente, uma comissão desse tipo implica em contraditório, isto é, que o assunto seja debatido intensamente. Mas os governistas alegam que os ministros do pacote não têm tempo para isso, no meio da turbulência econômica.

Fundos - Os fundos de pensão devem mesmo pagar a conta de R\$ 1,2 bilhão em lugar do aumento do imposto de renda. A tese ontem ganhou o reforço do PSDB. O líder Aécio Neves admite que a sugestão é boa e diz que será fácil substituir: "Basta aprovar a reforma da Previdência, que já prevê a paridade entre as contribuições do Governo e a dos associados".

O apoio do PSDB e do PFL ao uso do fundo de pensão para completar os R\$ 20 bilhões que o Governo precisa levantar rendeu um comentário irônico de Geddel Vieira Lima: "Já estão querendo pegar caramba no nosso filho". Ele também sugeriu que o Governo cortasse os gastos de publicidade - R\$ 152 milhões, previstos no orçamento - para compensar parte dos recursos que viriam do aumento do IR.

Estima-se que anualmente o Governo dispende R\$ 12 bilhões com os fundos de pensão, numa relação de R\$ 1,8 para cada real arrecadado junto aos associados. "Se for aprovada a paridade (1:1), vai até sobrar dinheiro", diz o líder Inocêncio Oliveira.